

Dívida pública dobra em 1 ano

Débito chega a 90 bi com pressão de juros e de gastos administrativos

Adriana Chiarini

BRASÍLIA

A dívida federal interna em títulos públicos quase dobrou em apenas um ano: passou de R\$ 47,137 bilhões em janeiro de 1995 para R\$ 90,663 bilhões no mês passado. O crescimento foi de 92,3%. Se forem somados também os títulos federais emitidos pelo Banco Central em troca de títulos estaduais, conhecidos como LBC-E, a dívida interna chega a R\$ 117 bilhões, com aumento de R\$ 8,420 bilhões só no mês passado. Sem as LBC-E, o crescimento da dívida em janeiro foi de R\$ 7,743 bilhões.

As causas do aumento da dívida mobiliária são o grande volume de capital estrangeiro que entrou no país — US\$ 30,7 bilhões em 95 — e as despesas da União com juros, folha de pessoal e Saúde, superiores à arrecadação. Quanto maior a dívida feita para cobrir as despesas e retirar dinheiro da economia, maior o gasto com juros provocado pela dívida e maior o esforço do já difícil trabalho de conter o déficit do Tesouro, feito pelo secretário Murilo Portugal. Os juros sobre os títulos públicos federais custaram R\$ 2,152 bilhões ao Governo em janeiro contra um custo de R\$ 1,676 bilhão em dezembro.

Parte do aumento de R\$ 7,7 bilhões da dívida foi também provocado pela emissão de R\$ 3,949 bilhões em títulos para retirar dinheiro da economia em janeiro. É que o aumento rápido do dinheiro em circulação é um fator inflacionário.

O peso da dívida e dos juros afetou bastante as contas públicas no ano passado. Sem os juros, o resultado do setor público como um todo — União, estados, municípios e estatais — seria um superávit de R\$ 2,910 bilhões, segundo o Banco Central. Com os juros, as contas públicas terminaram o ano com um déficit nominal de R\$ 47,837 bilhões (7,8% do PIB). O Governo federal foi responsável por R\$ 15,136 bilhões desse déficit e os estados, por R\$ 24,019 bilhões. As estatais responderam por R\$ 8,682 bilhões.

O Governo teve um superávit primário (critério que também não inclui os juros) de R\$ 4,116 bilhões e o déficit das estatais foi de R\$ 175 milhões. Os estados gastaram R\$ 1,030 bilhão a mais do que arrecadaram, mesmo sem contar os juros. O equilíbrio das contas públicas é um dos pilares do Plano Real. Foi para a meta de equilibrar os gastos públicos que a equipe econômica lançou o Programa de Ação Imediata (PAI) em junho de 1993, quando Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda. Foi a partir do PAI e da condição de equilíbrio das contas públicas que foi feito o Plano Real.

Descontada a inflação, o déficit do setor público no ano passado ficou em R\$ 32,224 bilhões (4,95% do PIB no conceito operacional). Desses, R\$ 15,807 bilhões



MURILO PORTUGAL, secretário do Tesouro Nacional, enfrenta dificuldades para equilibrar as contas públicas com o aumento da dívida

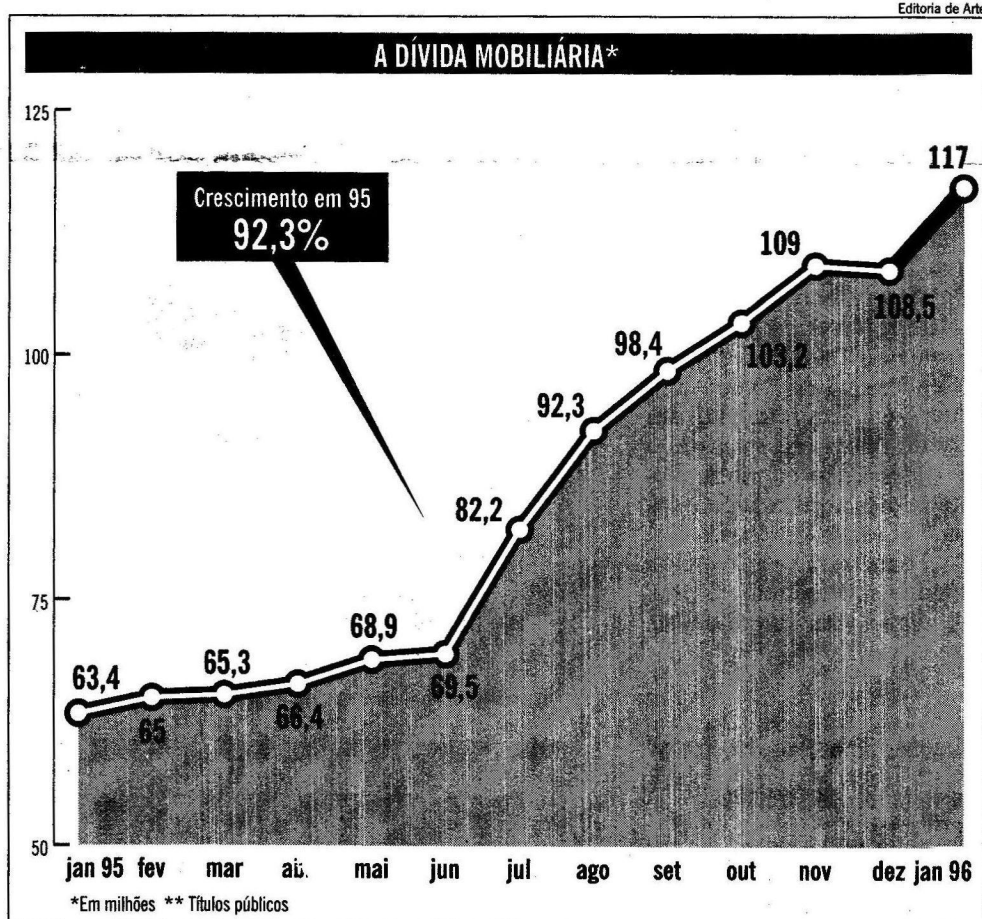
são das contas dos estados e outros R\$ 10,785 bilhões são do Governo Federal. Este ano, o prejuízo de R\$ 2,8 bilhões do Tesouro no primeiro mês indica que controlar o déficit não será tarefa fácil.

Base monetária cresce de um dia para o outro com depósito de bancos no BC

Os bancos apostaram alto na elevação dos juros na véspera da redução das taxas em 1º de fevereiro. E perderam. No dia 31 de janeiro, os depósitos sem remuneração no Banco Central cresceram 69,3% em relação ao dia anterior.

O objetivo das instituições era ter mais dinheiro livre no resto do mês para emprestar a taxas mais altas. Contrariando as previsões, o Banco Central continuou baixando os juros.

De acordo com o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, o aumento das reservas bancárias no dia 31 alteraram um importante indicador de acompanhamento do Plano Real: a base monetária. O aumento da base é considerado como potencialmente inflacionário, porque eleva o dinheiro em circulação na economia. Mas, desta vez, o crescimento tem menos impacto, por ter sido causado pelo aumento dos depósitos nas reservas bancárias, segundo Altamir Lopes. ■



Gustavo Miranda

Editoria de Arte